

**Identidade, Narrativas e Território:
A construção do pertencimento no Baixo-Onça, Belo Horizonte**

Yuri Kaique Valadão Ambrozio - UFMG

PALAVRAS-CHAVE: Identidade, Baixo-Onça, mobilizações, símbolo.

RESUMO

A identidade sendo lida como um conjunto de símbolos que acompanha um grupo, é construída a partir de narrativas e discursos, e coloca-se na interpretação de si e do outro (HALL, 1997). A questão da identidade é um tema em destaque nas discussões sobre o mapeamento de povos e comunidades tradicionais no Brasil. Sua relevância transcende esse campo, manifestando-se em diversas outras áreas; Como nos levantamentos censitários, na implementação de programas de cotas e em programas de assistência social.

O presente trabalho propõe-se a analisar as dinâmicas de identidade que se estabelecem na região do Baixo-Onça, localizada na Zona Norte de Belo Horizonte. O Centro Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu (COMUPRA), espaço que acompanho em minha pesquisa de monografia, revela-se um local ideal para aprofundar reflexões sobre as interações sociais, as mobilizações coletivas e as iniciativas de educação socioambiental. A proposta de se mobilizar por um objeto simbólico que é o Ribeirão da Onça foi o gatilho inicial para o desenvolvimento deste trabalho, sendo ele a questão; Seremos mobilizados pelo ribeirão e vivermos à sua volta nos torna ribeirinhos?

INTRODUÇÃO

*“Onde nasci passa um rio,
onde cresci passa um rio,
onde eu vivo passa um rio
e de tanto ver esse rio
a cabeça há de pensar
o que eu vejo, o que eu sinto
esse rio acompanha”*

Escrevi essa poesia aos meus 17 anos, na época eu tinha um projeto pessoal de levar minhas poesias e ilustrações ao público através de zines. O momento de escrita dessa estrofe foi a transição entre o fim do período escolar, a recém introdução ao mercado de trabalho e o sonho de entrar na universidade, era o momento de repensar meu papel dentro da sociedade e qual seria meu próximo passo para honrar os passos dos que vieram antes de mim. Cursar antropologia nasceu de uma sugestão vinda de um professor de geografia que sempre apontava minha vocação para a área de humanas e principalmente para a antropologia. Um olhar crítico da minha própria realidade sempre esteve presente no meu desenvolvimento como pessoa, as formas e estruturas dos contextos sociais que eu estava inserido sempre me geraram curiosidade, um monte de porquês sobre coisas que de certa forma sempre foram assim.

Pensar que *onde nasci, onde cresci e onde eu vivo passa um rio* mostra um momento de análise subjetiva de existência que só foi possível graças às trocas que tive com aquele curso d'água durante toda minha vida. Havia ali, por todo tempo, um diálogo silencioso, tecido no cotidiano da habitação (Ingold, 2024), entre os seres que habitam suas margens e esse fluxo de água dotado de agência e intencionalidade. O rio nunca foi um recurso natural inerte, mas uma alteridade viva. Evocando a cosmologia Krenak, posso dizer que assim como o rio Watu é a sua fonte de vida, identidade cultural e parente; O córrego que passa aqui próximo de casa foi por muitas vezes meu parente, professor e companheiro de caminhadas (já que sempre passava por sua margem e o atravessava para ir a escola todos os dias). Como nos ensina Ailton Krenak (2019) ao falar de seus parentes rios, a proximidade com as águas gera um vínculo de coparticipação existencial.

Minha coexistência com o Ribeirão do Onça não é só minha, quero mostrar através desse trabalho como este curso d'água molda por várias gerações os seus habitantes. A condição atual do córrego, instrumentalizado pelo Estado como mero vetor de esgoto, não apenas revela a violência da geopolítica urbana sobre as margens do poder, mas também intensifica o contraste com as narrativas de meus pais e avós. O rio, outrora limpo e palco de memórias de nado, pesca e brincadeiras (um parente formador) hoje está doente, mas persiste em sua vocação de nos transmitir ensinamentos sobre a resiliência.

AS INICIATIVAS DE BAIRRO (O COMUPRA)

É a partir dos ensinamentos do rio e uma sede coletiva por transformações que surge o Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu, movimento comunitário que começa em 2001, mobilizado no Bairro Ribeiro de Abreu (Zona Nordeste de Belo Horizonte) com propostas para a melhoria das condições de vida da comunidade atuando dentro da educação, saúde, trabalho, lazer, geração de renda, ecologia e consciência da cidadania compreendendo toda a região do Baixo-Onça (COMUPRA, 2023). Atualmente ocupa a sede da Fazenda Capitão Eduardo datada de meados do século XIX, anterior à criação de Belo Horizonte. O terreno cedido pela COPASA (Companhia de Saneamento de Minas Gerais) é gerido pelos próprios moradores e alia-se ajuda de outras iniciativas como o Projeto Manuelzão;

“ Ao longo dos anos, o COMUPRA foi construindo relações fortes com vários movimentos sociais e ambientais, além de instituições públicas e privadas, como Prefeitura de Belo Horizonte - PBH (Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, URBEL), PUC Minas, FUMEC, UFMG, Projeto Manuelzão, Escolas Municipais e Estaduais do entorno, Unidades Básicas de Saúde, Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, dentre outros. Assim, promovemos o diálogo entre a comunidade e as instituições que podem ter um impacto sobre ela.”
(Sobre, COMUPRA 2023)

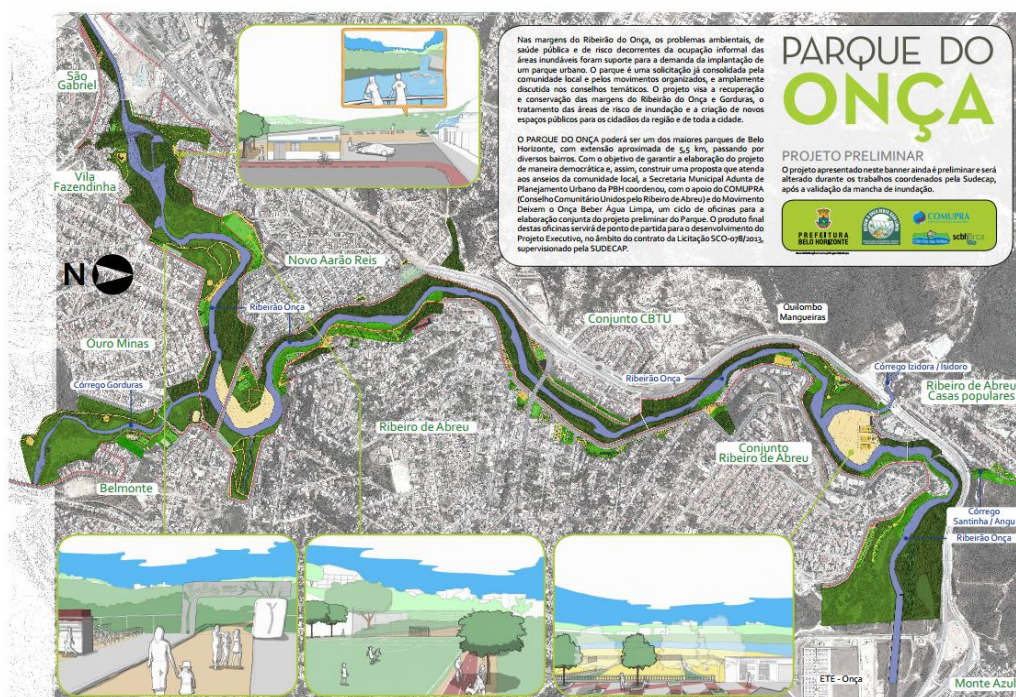
Dentro do movimento “Deixem o Onça Beber Água Limpa” criado em 2008 pelo COMUPRA se trabalha a mobilização de pessoas de dentro e fora das comunidades do Baixo-Onça nas propostas ambientais trabalhadas ao longo do percurso do ribeirão. As movimentações mais latentes são os eventos anuais que constroem e organizam as ideias e objetivos em conjunto a comunidade, o evento 13º Deixem o Onça Beber Água Limpa (que ocorreu em 2021) trouxe como tema a meta de em 2025 “NADAR, PESCAR E BRINCAR NO RIBEIRÃO ONÇA” e se baseou nos principais pontos de reivindicação das comunidades que pertencem ao Baixo-Onça:

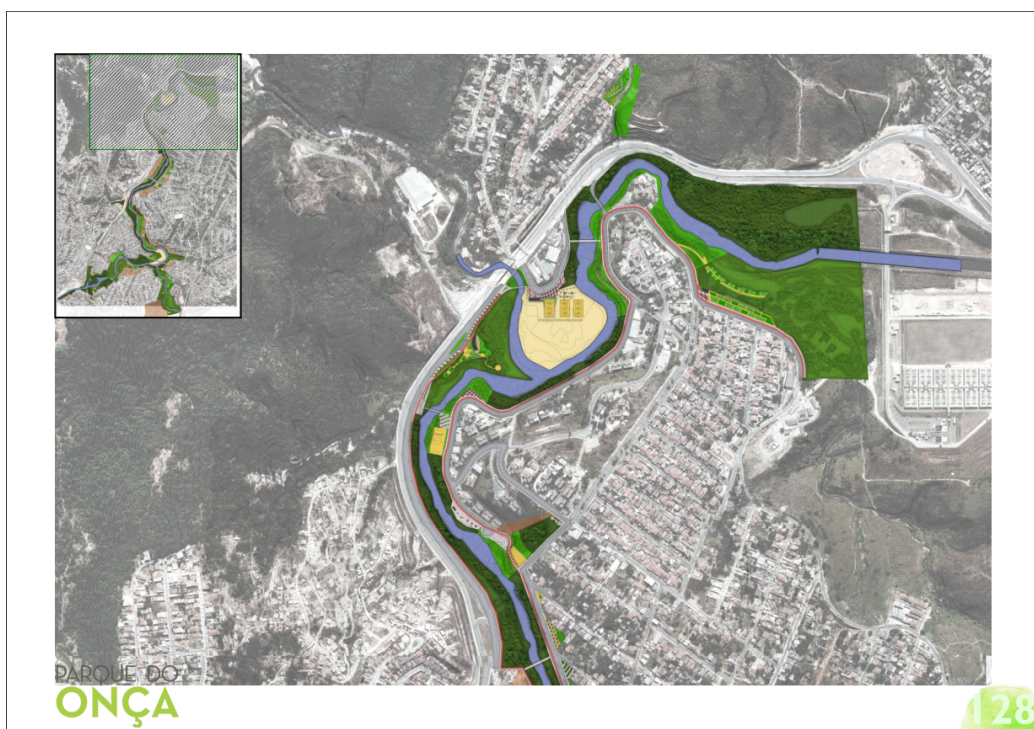
Retirada das famílias inseridas nas áreas de risco do Ribeirão Onça; Implantação do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça; 100% de coleta, interceptação e tratamento de esgoto do Ribeirão Onça; Municipalização da rodovia MG-20; Novo acesso ao bairro Ribeiro de Abreu e adjacências.

O Parque Ciliar se apresenta como a transformação mais evidente na região. A desapropriação das moradias irregulares na beira do curso d'água, iniciada em 2012 e que prossegue até hoje, constituiu um importante movimento de transformação na paisagem e acessibilidade da região, que sofria com enchentes, desmoronamento dos barrancos (onde estavam as casas mais próximas do córrego), exposição a doenças e poluição do rio. O projeto total do Parque Ciliar compreende 5,5km de extensão passando pelos bairros Ribeiro de Abreu, Casas Populares, Novo Tupi, Novo Lajedo, Novo Aarão Reis, Belmonte, Ouro Minas, Vila Fazendinha e São Gabriel.

Assim observo no fenômeno do COMUPRA e do movimento DEIXEM a atuação de uma pedagogia do território, que está construindo junto a comunidade uma força de atuação comunitária ante o Estado, a participação atua segundo a formulações de Souza (2011) como um exercício de autonomia. No caso do COMUPRA, tal autonomia se manifesta em ações concretas de manejo do espaço e cuidado ambiental, configurando o que Vargas & Rena (2023) denominam “insurreições urbanas”; práticas coletivas que desafiam o planejamento tecnocrático e propõem formas de habitar e planejar “com o Estado, apesar do Estado”.

FIGURA 1 - Mapa do projeto do parque linear.





Fonte: Memorial descritivo publicado pela Prefeitura de Belo Horizonte

MUTIRÕES, ORGANIZAÇÃO LOCAL E EXTRATIVISMO DE SABERES

Os mutirões são uma importante ferramenta dentro da organização do COMUPRA, convocando a comunidade para colaborar com as demandas locais. O mutirão não é apenas uma estratégia de trabalho para resolver demandas locais de manutenção ou plantio; ele é o próprio motor que constrói a sociabilidade e o sentimento de pertencimento daquele grupo ao território (CANDIDO, 1987, p. 67 apud VASCONCELLOS, [s.d.], p. 4).

FIGURA 2 - Mutirão de plantio na sede.



Fonte: Registros do autor

Minha própria entrada no movimento ocorreu por meio dessas atividades, o que considero ter sido a estratégia ideal para estabelecer vínculos com as pessoas e garantir uma inserção orgânica no campo. Ao longo dos meses acompanhando as articulações entre o COMUPRA, a Escola de Arquitetura e as escolas da região, observei certas dinâmicas nas atividades dos mutirões:

A maioria dos envolvidos provém de outras partes da cidade. Quando chegavam novas pessoas para participar dos mutirões, me interessava saber dos seus objetivos particulares, seja a reconexão com a natureza, o interesse particular em fazeres ecológicos, objetivos acadêmicos de suas áreas ou então compreender melhor como nossas dinâmicas foram ferramentas de transformação do nosso espaço. Evitei, no meu primeiro momento de inserção ao campo, fazer entrevistas formais, agendadas e quadradas; optei por conversas, vivências e observações que cruzassem minha existência com os métodos acadêmicos que aprendi durante minha formação.

FIGURA 3 - Colheita de taiobas na sede.



Fonte: Registros do autor

Observei em diversas situações que a academia se encontra com o Baixo-Onça dentro da posição do “outro” antropológico. Pesquisadores de diversas áreas ambientais têm interesse nas nossas dinâmicas do nosso território, querem investigar nossos fazeres “agroecológicos” e ganhar seu reconhecimento acadêmico, o que muitas vezes soa raso. Qual será a devolutiva final deste trabalho? Quando me contavam de outras pessoas da minha universidade que estavam desenvolvendo trabalhos sobre o COMUPRA ou o Movimento pelo Baixo-Onça, sempre tentava procurá-las nos dias de convivência na sede, ou em outras propostas, mas nunca as encontrava. Por quê?

A resposta nasce de uma discussão que está cada vez mais presente nos campos das ciências sociais, o extrativismo epistêmico chamado por Nego Bispo de Pirateamento dos Saberes coloca de frente esse paralelo que observei ao entrar em contato com outros pesquisadores que estão presentes no Baixo-Onça. Apropria-se as ideias e toda a luta do coletivo em prol de alimentar o sistema acadêmico dominante, com o objetivo final de acumular prestígio e reconhecimento para o pesquisador (Grosfoguel, 2016 apud Garcia, 2023). Compreender a autoridade dos que construíram aquele saber, de forma espontânea, com os próprios recursos, entendendo que o que se estuda partiu de sua realidade e necessidade traz um grau de profundidade muito maior.

Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)

Muitas vezes pode-se reduzir o COMUPRA a uma iniciativa “agroecológica”, nos meus primeiros contatos, eu de fato compreendia que se tratava de agroecologia, era o que eu tinha aprendido dentro da academia que eu embarquei, e é o que é difundido na mídia e colocado como o nome dessa movimentação. Porém ao compreender que estou fazendo COMUPRA e não agroecologia traz um horizonte epistêmico que valoriza minha própria existência. Sim, eu faço COMUPRA, com Itamar, Roneide, Marconi, Henrique e tantos outros membros e colaboradores, e se não estivesse no Baixo-Onça mas praticasse essas mesmas articulações não seria COMUPRA, não seria e nem é agroecologia. Ao tentar chamá-lo de agroecologia, eu estava, inconscientemente, usando o dicionário da universidade para traduzir uma realidade que não precisa de tradução, precisa de vivência. Descolonizar o meu próprio pensamento foi entender que a teoria não precede o território; o território é que dita a sua própria teoria

Em contraste absoluto com essa lógica extrativista que enxerga o território como recurso passageiro, o fazer cotidiano do COMUPRA revela uma outra dinâmica de integração: a reciprocidade orgânica. Diversas vezes apareceram moradores atraídos pela placa “vende-se verduras” na porta da sede, ou então que nos viram pintando o mural do muro externo e ficaram felizes com a iniciativa. A partir disso, vão conhecendo o seu próprio poder de mudança no local que habitam. Os moradores da região trazem consigo uma vivência interiorana e um saber tradicional adormecido, mas que, com o contato com essas práticas, é despertado. Então, é comum haver trocas de conhecimentos da terra entre as pessoas que participam do COMUPRA e os moradores. Para as comunidades tradicionais e periféricas, o resgate do passado não é uma negação do presente. "A chamada tradição não se oporia historicamente à modernidade e aos avanços científicos, mas seria um modo de desenvolvimento e aplicação de tais saberes que são um tanto distintos do padrão dominante de racionalidade" (PAULINO; GOMES, 2015, p. 526).

Conforme aponta Woortmann (1990), essa dinâmica típica dos mutirões não é vista meramente como trabalho, mas como uma rede de auxílio mútuo e retribuição: mais do que cultivar a terra, o que se está fazendo é a reprodução da própria comunidade.

Voltando à ideia de habitar “com o Estado, apesar do Estado” o mutirão resgata esse contrato moral entre os moradores. A solidariedade vizinhal cria uma rede de proteção e pertencimento que a cidade formal não oferece.

A reciprocidade, como é abordada no texto de Caldeira (1956, p.32-33) ao resgatar categorias de Emílio Willems, transita em duas frentes; adiada (eu te ajudo hoje, você me ajuda amanhã) que é presente em diversas dinâmicas do bairro. Recentemente em um projeto pessoal de construir alguns bancos de bioconstrução na sede do COMUPRA, a marcenaria local doou as serrações necessárias para a mistura que dava liga ao COB, mais tarde colhemos algumas verduras e doamos aos trabalhadores de lá. É uma relação que independe dos padrões monetários: trocamos conhecimentos, insumos e força de trabalho.

Os mutirões também mobilizam a reciprocidade instantânea. Ela ocorre no momento em que os membros se articulam para divulgar as ações, preparar e servir o almoço coletivo, executar a manutenção do local e receber o público externo. É essa soma de esforços imediatos e festivos que cria a rede necessária para possibilitar essas insurreições territoriais.

OS BOIS A CAMINHO DO MATADOURO

Baixo-Onça, Belo Horizonte, 05 de março de 2026. Foi proposta no COMUPRA uma ação comunitária para a reconstrução da estufa. Entre muito trabalho, também tivemos muitas conversas. Quem orientou a ação foi Itamar de Paula, liderança chave dentro do conselho comunitário que, enquanto trabalhávamos, relembra histórias que ligam o atual COMUPRA à sua juventude. Seu Itamar conta do período em que morava no Primeiro de Maio, bairro localizado a cerca de 4 quilômetros da atual sede. Naquela época, a área do COMUPRA era a antiga Fazenda Capitão Eduardo.

FIGURA 3 - Construção da Estufa.



Fonte: Registros do autor

Itamar conta que havia momentos em que a boiada criada nas dependências da fazenda era tocada rumo ao abatedouro, localizado nas imediações do Bairro São Paulo e Primeiro de Maio. Nesse evento, toda a população ficava eufórica. A boiada invadia as casas e quintais e arrastava tudo que se via, uma euforia alegre, já que os bois que se acidentavam viravam comida para todas aquelas pessoas carentes. Essa história remonta a um momento de uma região da capital que transita entre o rural e o urbano, transição que perdura até os dias de hoje, principalmente em suas periferias. Ainda temos a figura da criação de porcos, vacas e galinhas; os carroceiros criam seus cavalos e se

locomovem pelo bairro, apresentando diversas camadas sociais. Temos tanto a figura dos trabalhadores que acordam cedo em direção ao centro para exercer seu trabalho quanto a figura do criador e do agricultor, dividindo as mesmas dependências.

O Matadouro Modelo, localizado no Bairro São Paulo, que iniciou suas atividades em 1937 e perdurou até o início dos anos 70, atravessa a história de uma Belo Horizonte vista pelas margens. Sua criação é devido ao crescimento populacional exacerbado naquela época, isso cria novas demandas de abastecimento que o já antigo Matadouro Municipal localizado no bairro Santa Efigênia não conseguia cumprir, ao inaugurar o Matadouro na periferia da cidade criou-se o incentivo de urbanização da região o que levou além dos trabalhadores ligados ao empreendimento, com a vinda também de pessoas pobres e do interior que ocuparam seu entorno.

Foi a leitura da dissertação de mestrado de Rafael Moreira Silveira, 'Entre a atração e o estigma territorial: O Matadouro Modelo no processo de expansão urbana de Belo Horizonte' (2017), que me ofereceu o contorno histórico exato para compreender essas dinâmicas. Silveira analisa como o empreendimento foi o verdadeiro motor para a formação dos bairros periféricos nas regiões Norte e Nordeste da capital.

Ao cruzar a pesquisa documental de Silveira, com as lembranças vivas do Seu Itamar, vivenciei uma sobreposição de temporalidades: a história dos meus pais e avós ganhou um novo lastro. O cenário atual da minha vida se revelou como um mapa desenhado sobre o passado. O atual campinho do Bairro São Paulo é o antigo Campo do Matadouro; o asfalto da Avenida Cristiano Machado e a área do Parque Guilherme Lage ocupam os antigos pastos da boiada. A Paróquia São Paulo Apóstolo, que ainda hoje promove ações sociais, já estava lá, testemunhando toda essa transformação.

E, no centro de tudo, o Ribeirão do Onça. Compreendi que o rio abrigava realidades contrastantes em seu próprio curso: se nas proximidades do Matadouro ele dava de beber aos bois e servia de escoadouro para o sangue do abate, um pouco mais abaixo, próximo às margens da MG-20, onde vivo hoje, ele era o refúgio onde meus familiares e vizinhos vinham pescar e brincar. Entender a dinâmica social que moldou o cotidiano dos meus antepassados me fez perceber que a minha relação com o Baixo-Onça não é apenas geográfica, mas o desdobramento de uma memória territorial que desafia a passagem do tempo

É essa mesma memória viva que fundamenta e legitima os espaços de resistência no presente. Por isso, estar no COMUPRA é estar em um ambiente que não apenas abriga, mas mobiliza ativamente as memórias do Seu Itamar e de outros moradores; memórias de um Ribeirão do Onça limpo (aquele mesmo rio onde se podia brincar, pescar e lavar). Evocar essa memória insere-se no conceito trabalhado por Joan Martínez Alier (2007 apud PAULINO; GOMES, 2015) de ecologismo dos pobres. Nesses conflitos ecológicos e urbanos, a população subalterna trabalha outras frentes contra-hegemônicas ao poder do capital, utilizando linguagens de valoração distintas de meros vieses econômicos. Para

competir nessa arena, apela-se pela valorização dos direitos humanos, pela importância intrínseca da natureza e pelos direitos territoriais ancestrais. A reivindicação pela sacralidade e pelo pertencimento a certos espaços fica evidente quando se analisa, por exemplo, a relação do Quilombo localizado na região com as nascentes que formam o Onça. O córrego da Santinha tem papel tanto de alimentar a Onça quanto servir água às entidades em seus cultos. A imagem do passado serve de motor para caminharmos na construção de um futuro possível.

Nesse momento de contação de histórias durante a reconstrução da estufa, Seu Itamar atua de forma estratégica. Ele aciona o que Bourdieu (1989) chama de capital simbólico, usando de sua trajetória para aliar o capital social (o reconhecimento e a rede de contatos com os moradores) ao seu capital cultural (o profundo domínio sobre a história do local). Dentro do trabalho com comunidades, estamos sempre diante de lideranças que expressam a identidade de um coletivo justamente por sua aliança com a terra. São sujeitos que se desenvolveram intelectualmente a partir dos elementos que compõem o seu entorno, seja o fluxo do rio, a árvore onde se brincava ou a terra onde se planta, é o rio mais uma vez sendo professor.

A partir do contexto indígena do Nordeste, o antropólogo João Pacheco de Oliveira (1998) chama esse processo de territorialização; o território é um molde da identidade, e a ação das pessoas que o habitam molda o território.

SERMOS MOBILIZADOS PELO RIBEIRÃO E VIVERMOS À SUA VOLTA NOS TORNA RIBEIRINHOS?

Toda a articulação presente neste trabalho veio desse questionamento que carrego desde que aprofundei meus estudos sobre comunidades tradicionais e etnobiologia. Estar diante de todo esse cenário de contraste entre as pessoas e o rio estando em um curso de Antropologia faria esse questionamento identitário ser inevitável. Essa ideia de sermos reconhecidos como ribeirinhos urbanos já é abraçada em algumas descrições do próprio COMUPRA, que se coloca como um “Projeto socioambiental que busca a revitalização do Onça e a qualidade de vida das comunidades ribeirinhas”, porém ainda é muito turva a definição de ribeirinho na visão dos órgãos públicos e pesquisadores.

Enxergar populações ribeirinhas exclusivamente como amazônicas ou rurais limita a visão de como sociedades urbanas têm uma convivência com o rio. No caso do Ribeirão do Onça, um rio que até pouco tempo era limpo e que com a urbanização foi sendo poluído, podemos a partir dessa perspectiva debater como o Estado e a urbanização impede a vivência das comunidades tradicionais presentes no país.

Exercitar a existência de um rio como Ribeirão do Onça com as pessoas tirando subsistência dele, com as pessoas nadando e pescando, aproxima-se dessa realidade ribeirinha que é impedida pela sua sistemática poluição. E fora dessa realidade de convivência direta com o rio, tenho como justificativa dessa autoidentificação toda essa mobilização por sua

volta. Se não fizesse parte de nossa identidade, será que daríamos tanta importância? Mesmo como ribeirinhos diaspóricos que chegaram à capital vindos de outras partes de todo o interior, conseguimos ver nas águas do curso d'água nosso espelho e dar continuidade a uma relação entre humanos e não-humanos. O que propõe Ingold (2015) é que o ambiente não é uma herança inerte ou um pano de fundo, mas um processo vivo em que os seres humanos e os elementos da paisagem coevoluem e se moldam mutuamente através da prática cotidiana e do envolvimento direto.

O cenário de autoidentificação de comunidades no Brasil se dá principalmente em situações de conflito, seja da mineração, disputa de território ou invasões, o que coloca mais uma barreira nessa proposta. O ribeirinho é muitas vezes visto com um olhar dentro de estigmas, e o estigma se relaciona diretamente com os conceitos de identidade por ser a forma que os outros nos enxergam. Na região ainda é muito comum relacionar as casas mais próximas ao ribeirão com o mal-cheiro ou com as enchentes, mas isso também entra dentro do vocabulário local de forma afetiva, já que se chama mais o ribeirão de rio do que de córrego. Embarcar esses signos, sejam bons ou ruins, e formalizar nosso reconhecimento pode ser um grande passo para aumentar o senso de comunidade e por fim valorizar as relações entre rios urbanos e pessoas.

BIBLIOGRAFIA

COMUPRA. Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu. Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://comupraedeixem.wixsite.com/comupra>.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Política Urbana. Parque Linear Onça: memorial descritivo: estudo preliminar. Belo Horizonte: PBH, [s.d.]. 1 arquivo PDF. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/politica-urbana/planejamento-urbano/projetos-urbanos/parque-d-o-onca>. Acesso em: 30 jun. 2026.

WOORTMANN, Klaas. "Com parente não se neguceja": o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico/87, Brasília/Rio de Janeiro: Editora Universidade de Brasília / Tempo Brasileiro, 1990.

VASCONCELLOS, Dora Vianna. Bairros rurais em Maria Isaura Pereira de Queiroz e Antônio Cândido. [S. l.: s. n., s. d.]. Arquivo em PDF.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, abr. 1998.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

INGOLD, Tim. Marchando pelo mundo: ensaios sobre percepção, caminhar e conhecimento. Organização de Carlos Emmanuel Sautchuk. São Paulo: Ubu Editora, 2024.

INGOLD, Tim. Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis: Vozes, 2015.

PAULINO, Jonatta Sousa; GOMES, Ramonildes Alves. Sementes da Paixão: agroecologia e resgate da tradição. *Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR)*, Piracicaba, v. 53, n. 3, p. 517-528, jul./set. 2015.